



Nobel da Paz 2005: as brasileiras

Em eventos simultâneos por todo o mundo, foram anunciados em 29 de junho, os nomes das '1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005'. Em São Paulo, às 10h, foram reveladas as 52 brasileiras que compõem a candidatura coletiva, com a presença de 16 delas e ampla cobertura da mídia. Clara Charf, coordenadora brasileira, e Rebecca Vermot, diretora geral do Projeto, na Suíça, ressaltaram a importância da iniciativa para mostrar o que essas mulheres estão fazendo por um mundo melhor.



Página 3

Página 2

O abuso sexual cometido por padres no Brasil

Logo após entrevista da autora da pesquisa, Regina Soares Jurkewicz, universidade onde lecionava há oito anos a demite. Entidades de todo o Brasil se uniram às Católicas pelo Direito de Decidir, onde ela atua, para denunciar a 'política do silêncio'.

Página 4

10o. Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho

A cidade de Serra Negra, situada na região montanhosa do estado de São Paulo, prepara-se para receber cerca de 1500 feministas, no período de 9 a 12/10, para avançar na articulação do diálogo e das ações conjuntas na América Latina e Caribe.

Página 8

Comportamento sexual das mulheres em relação ao HIV/AIDS

Dissertação de mestrado investiga o nível de conhecimento das mulheres sobre HIV/AIDS, o impacto da adoção de comportamentos preventivos nas relações sexuais femininas e os tabus e preconceitos que possam estar impossibilitando a prevenção.

ENCARTE

Pauta especial



Conheça a construção do plano nacional de políticas no Brasil, um país com um história de mais de 500 anos de racismo.



Mais uma vez a política do silêncio!

- pesquisa provoca demissão da autora -

No dia 20 de junho passado a Revista Época, publicou com destaque uma entrevista com REGINA SOARES JURKEWICZ, integrante da equipe de CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR – BRASIL. A matéria apresentava os resultados parciais de sua pesquisa sobre o comportamento omissivo da Igreja Católica do Brasil, frente às denúncias de abuso e violência sexual ocorridas nos últimos anos. Os casos estudados mostram que a hierarquia católica, por medo do escândalo e buscando preservar a imagem da instituição, encoberta os casos e apenas transfere para outras paróquias os padres acusados de cometer o delito.

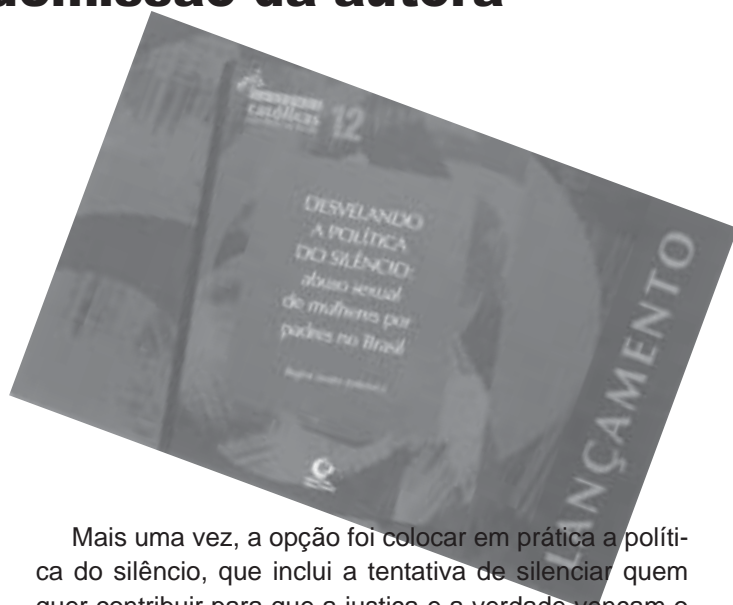
Foi com indignação que recebemos, no dia 30 de junho, a notícia da demissão de nossa companheira Regina do "INSTITUTO DE TEOLOGIA DA DIOCESE DE SANTO ANDRÉ", no qual é professora há oito anos. Durante todos esses anos, ela lecionou nesse mesmo Instituto, sem que a direção se desse conta de que "não concordava nem aceitava" seus pensamentos. Foi somente no dia imediato após a divulgação da sua pesquisa na revista (Época, 20/06/2005) que essa "discordância" de pensamento se explicitou.

Esta atitude da direção do Instituto e do Bispo da Diocese, evidencia a incapacidade da hierarquia católica para abrir-se ao diálogo. É mais fácil afastar aqueles/as que pensam diferente do poder instituído e têm a coragem de falar, do que enfrentar as contradições internas que vêm minando a credibilidade da Igreja.

Sem dúvida, não é assim a Igreja que Jesus Cristo sonhou e pela qual deu sua vida.

O ato de demissão da Profa. Regina é ilegítimo, calado exclusivamente no medo ao debate, que faz com que as autoridades eclesiais recorram ao exercício da censura e às práticas autoritárias sem fundamento plausível.

Lamentamos e nos indignamos com esta decisão arbitrária.



Mais uma vez, a opção foi colocar em prática a política do silêncio, que inclui a tentativa de silenciar quem quer contribuir para que a justiça e a verdade vençam o obscurantismo e o medo!

A entidade Católicas pelo Direito de Decidir transcreve a seguir a Notificação de Dispensa, datada de 21 de junho:

S. Paulo 21 de junho de 2005

Profa. Regina

Com o intuito de preservar o seu direito ao livre pensamento, assegurado pela constituição brasileira bem como o direito divino, vimos por meio desta, notificar o seu desligamento do quadro docente do nosso Instituto de Teologia a partir de 30 de junho de 2005.

Tal decisão se dá pelo fato de que esta instituição, embora assegurando a sua liberdade de pensamento, não aceita e não concorda com os mesmos, resultando assim, em um impasse insolúvel.

Desejando felicidade, agradecemos a sua colaboração até o presente momento.

Assinam: Prof. Pe Edmar Antonio de Jesus – Diretor do Corpo Docente; Prof. Pe Pedro Teixeira de Jesus – Reitor do Instituto de Teologia.



Uma Publicação da



APOIO: NOVIB/HOLANDA

Edição: Vera Vieira

Encarte: Denise Gomide

Colaboradoras: Clair Ribeiro Ziebell, Maria José Lopes Souza, Monica Pompeu Trindade e Walkiria Lobo. Tiragem: 3.000 exemplares - Distribuição: filiados, Ong's, nacionais e internacionais, entidades públicas e privadas.

Rede Mulher de Educação
Rua Coriolano, 28
05047-000 - São Paulo/SP
Fone: (11) 3873-2803 - Fax: (11) 3862-7050

E-mail: rdmulher@redemulher.org.br
www.redemulher.org.br

GESTÃO 2003/2005

Conselho de Administração: Beatriz Cannabrava (Presidente), Denise Gomide (Secretária), Maria José L. de Souza (Tesoureira), Clair Ziebell e Ruth Takahashi (Suplentes). Conselho Fiscal: Hilda Fadiga, Maria do Socorro Lima, Maria Nina Magalhães e Maria Aparecida Segura (Suplente, *in memoriam*).
Coordenação Executiva: Vera Vieira



Era quarta-feira, dia 29 de junho. Os nomes das 1000 mulheres foram então anunciados em eventos simultâneos mundo afora. Foram realizadas 22 conferências de imprensa nas cidades de Tashkent, Hong Kong, New Delhi, Kabul, Boston, Nairobi e São Paulo, e igualmente em muitos outros lugares do planeta. No Brasil, o evento emocionante foi realizado às 10h no auditório do Centro Cultural São Paulo. Contou com a presença de 16 das 52 brasileiras selecionadas, mídia, convidadas/os, integrantes do Comitê Executivo e da equipe de trabalho, além de Rebecca Vermot, diretora do Projeto 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005, que veio

da Suíça exclusivamente para o evento.

O Comitê Brasileiro, coordenado por Clara Charf, recebeu um total de 262 biografias de mulheres indicadas por organizações, redes e pessoas. A análise para a escolha das 52 brasileiras foi feita por uma comissão de seleção criteriosa e democrática, que não mediu esforços para contemplar a diversidade regional, de etnias, classe social, nível educacional e área de atividades. O Brasil contou com o apoio da Natura, Centro Cultural São Paulo, The Global Fund for Women, Fundação Ford, Rubens Naves, Santos Jr., Hesketh Escritórios Associados de Advocacia e CUT.

Desde a criação do prêmio, há 104 anos, apenas 13 mulheres ganharam o Nobel da Paz. A iniciativa da Associação 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz mostra o que essas mulheres estão fazendo por um mundo melhor. Foram mais de 150 países participantes, com comitês locais que, desde 2003, trabalham para selecionar e biografar cada indicada. Todo esse material vai compor um dossiê que será submetido à equipe do Prêmio Nobel 2005, responsável por definir os concorrentes. A lista dos 1000 nomes encontra-se publicada no website www.1000peacewomen.org.

Em outubro, será publicado um livro, em inglês, com as 1000 mulheres, tendo duas páginas para cada uma (foto e texto), com uma tiragem de 13.500 exemplares.

No Brasil, o Comitê Brasileiro está dando continuidade às atividades, devendo lançar uma publicação com as brasileiras e, possivelmente, outras atividades de divulgação do trabalho dessas mulheres.

As brasileiras

Albertina Duarte Takiuti (médica ginecologista/SP); Alzira Rufino (ativista feminista e anti-racista/SP); Ana Maria Machado (escritora/RJ); Ana Montenegro (advogada e ativista política/BA); Benedita da Silva (líder política/RJ); Concita Maia (educadora popular e ambientalista/AC); Creuzza Maria Oliveira (sindicalista/BA); Eliane Potiguara (líder indígena/RJ); Elizabeth Teixeira (líder camponesa/PB); Elza Berquó (demógrafa/SP); Elzita Santa Cruz Oliveira (dona-de-casa/PE); Eva Alterman Blay (pesquisadora e professora universitária/SP); Fátima Oliveira (médica e ativista feminista/MG); Givânia Maria da Silva (ativista e vereadora/PE); Heleieth Saffioti (socióloga e professora/SP); Helena Greco (ativista política/MG); Heloneida Studart (escritora e deputada estadual/RJ); Hilda Dias dos Santos (litorixá/BA); Jacqueline Pitanguy (socióloga e cientista política/RJ); Joênia Batista de Carvalho (advogada/RR); Jurema Batista (ativista anti-racista e deputada estadual/RJ); Lair Guerra de Macedo (infecologista e gestora Pública/DF); Leila Linhares Barsted (advogada e ativista feminista/RJ); Lenira Maria de Carvalho (líder comunitária/PE); Luci Teresinha Choinacki (deputada federal/SC); Luiza Erundina de Souza (líder política e deputada federal/SP); Maninha Xucuru (líder indígena/AL); Mara Régia Di Perina (radialista e comunicadora social/DF); Margarida Genovois (ativista direitos humanos/SP); Maria Amélia de Almeida Teles (ativista feminista e de direitos humanos/SP); Maria Berenice Dias (desembargadora/RS); Maria José de Oliveira Araújo (médica e ativista feminista pela saúde da mulher/DF); Maria José Motta (atriz/RJ); Maria José Rosado Nunes (ativista feminista e professora universitária/SP); Maria Osmarina Marina Silva de Lima (ministra do Meio Ambiente/DF); Maria Stella de Azevedo Santos (litorixá/BA); Mayana Zats (cientista/SP); Moema Libera Viezzer (socióloga e educadora popular/PR); Niède Guidon (arqueóloga/PI); Nilza Iraci (ativista feminista e anti-racista/SP); Procópio dos Santos Rosa (líder quilombola Calunga/GO); Raimunda Gomes da Silva (líder camponesa/TO); Rose Marie Muraro (escritora e ativista feminista/RJ); Ruth de Souza (atriz/RJ); Schuma Schumacher (ativista feminista e pedagoga/RJ); Silvia Pimentel (advogada e professora universitária/SP); Sueli Pereira Pini (juíza de direito/AP); Therezinha de Godoy Zerbini (advogada e ativista política/SP); Vanete Almeida (líder camponesa/PE); Zenilda Maria de Araújo (líder indígena/PE); Zilda Arns Neumann (médica e gestora social/PR); Zuleika Alembert (ativista política e feminista/RJ).



Rebecca Vermot (diretora do Projeto, que veio da Suíça exclusivamente para o evento em São Paulo), Clara Charf (coordenadora geral brasileira), Vera Vieira (membro do Comitê Executivo) e Luana Y.V.Komatsu (intérprete voluntária).

Sucesso das inscrições sinaliza expectativa regional

O total de quase 1000 mulheres inscritas até meados de agosto (fechamento desta edição do Cunhary) demonstra que feministas da América Latina e Caribe estejam apostando no avanço do diálogo e das ações conjuntas, visando à Radicalização do Feminismo e Radicalização da Democracia - eixo central do 10o. Encontro, que será realizado no período de 9 a 12 de outubro, na cidade de Serra Negra, região montanhosa do estado de São Paulo. As participantes representam a diversidade em termos regionais, geracionais, étnico-raciais e de orientação sexual.

A Comissão Organizadora vem trabalhando há mais de um ano, num processo democrático de consultas e diálogos - tanto com integrantes dos Comitês Consultivos Nacional e do Cone Sul, quanto com outras ativistas latino-americanas e caribenhas -, para o desenho de um Encontro que propicie o avanço da luta feminista. Haverá atividades planejadas pela Organização (painéis, diálogos complexos e grupos de discussão) e atividades propostas pelas participantes (oficinas, reuniões, atividades culturais, etc.).

Prorrogados prazos de inscrição

Devido a vários apelos de feministas que ainda estão aguardando resposta a seus pedidos de apoio para participação no 10o. Encontro, foram prorrogados os prazos de inscrição:

- para brasileiras: até 25 de agosto, com pagamento até 30 de setembro.
- para feministas de outros países: até 20 de setembro, com pagamento até 30 de setembro.

Os valores de inscrição continuam os mesmos: R\$320 (para brasileiras) e US\$145 (para feministas de outros países da AL e Caribe. Para feministas de outros países fora da região, o preço está mantido em US\$167. A inscrição inclui hospedagem, refeições, materiais e ônibus SP/Serra Negra/SP. O traslado será feito a partir de pontos de saída previamente definidos no centro da cidade de São Paulo e no aeroporto internacional. Em breve, a Secretaria da Comissão Organizadora iniciará um levantamento com todas as inscritas,

RESUMO DA PROGRAMAÇÃO

9/10: credenciamento e hospedagem; festa de abertura.

10/10: Painel 'Feminismo e Democracia'; Grupos de Discussão; Diálogos Complexos (Feminismo e estratégias para o enfrentamento do racismo em uma AL democrática); Atividades Inscritas; Festa.

11/10: Diálogos Complexos (Feminismo contra o etnocentrismo para uma AL democrática); Diálogos Complexos (Feminismo, juventude e poder: alternativas à mercantilização e à marginalização em busca de perspectivas democráticas); Diálogos Complexos (Feminismo e lesbianidade: sexualidade e democracia); Atividades Inscritas.

12/10: Painel 'Feminismo: o Presente e o Futuro'; Grupos de Discussão; Tribuna de Encerramento; Atividades Alternativas.

Para mais informações:

www.10feminista.org.br - 10encontro@uol.com.br



Integrantes da Comissão Organizadora e de Apoio durante visita ao hotel-fazenda em Serra Negra, que possui infra-estrutura e beleza natural incomparáveis.

para identificar datas, horários e locais de chegada, bem como as necessidades de transporte e situações especiais.

Até o momento, já há 35 atividades propostas pelas participantes, entre oficinas, reuniões, atividades culturais e lançamentos.

Pela Rede Mulher de Educação, estarão participando 13 associadas-educadoras, além de integrar a Comissão Organizadora e de Apoio. Será ministrada uma oficina sobre "Os Ativos das Mulheres - a aplicação prática da riqueza acumulada no campo econômico, educacional, político, social, cultural...".

Violência sexual contra as mulheres sob a ótica interdisciplinar

Investir no processo de formação de profissionais e na divulgação de um modelo de intervenção interdisciplinar e multiprofissional, desenvolvido a partir da Casa Domingos Delascio/Hospital São Paulo, que atende mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. Este foi o objetivo do seminário Violência Sexual contra as Mulheres sob a Ótica Interdisciplinar, realizado em 17 e 18 de junho, na cidade de São Paulo, contando com a presença de aproximadamente 150 estudantes e profissionais da área da saúde, assistência social e jurídica. O evento foi uma iniciativa da Unifesp/Escola Paulista de Medicina, coordenado por Eleonora Menicucci de Oliveira. Contou com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Foi feita a apresentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com destaque aos itens que tratam de combater as desigualdades de acesso a direitos na construção da justiça social. Embora seja um direito da mulher e dever do Estado garantir o atendimento às mulheres vítimas de violência, existem hoje, no Brasil, apenas 339 DDMs (Delegacias da Mulher), 80 Casas Abrigo e 52 Centros de Atendimento. Faltam serviços de acesso à justiça através de Defensorias Públicas. Segundo a OAB, dos 132 mil casos de violência contra a mulher, registrados de janeiro a maio de 2004, no Estado de São Paulo, apenas 241 homens foram presos. O desafio está em se criar uma legislação específica e qualificar os profissionais para um atendimento humanizado que considere a complexidade do problema da violência de gênero.

Flávia Piovesan, Procuradora de Justiça de São Paulo, argumentou que “é preciso compreender os direitos da mulher sob a ótica dos direitos humanos, assegurando a equidade tanto na esfera pública quanto na privada. Para Sílvia Pimentel, membro do Comitê Cedaw/ONU, “a Convenção Interamericana representa a carta magna na defe-



Eleonora Menicucci de Oliveira, médica e feminista, enfatiza a necessidade de se contar com profissionais sensibilizados para um atendimento humanizado, multidisciplinar, com formação especializada e sob a perspectiva de gênero.

sa dos direitos da mulher. Este Tratado é um instrumento jurídico que obriga os países a cumprir com os compromissos firmados na ONU.” A nova Norma Técnica do Ministério da Saúde é outro importante instrumento que deve orientar a elaboração dos protocolos de atendimento às vítimas da violência doméstica e sexual. Uma das mudanças está no capítulo 10 - Gravidez decorrente de Estupro - que estabelece a não necessidade de Boletim de Ocorrência para se entrar com o procedimento do aborto legal, bastando a palavra da mulher e sua assinatura em uma autorização.

Na opinião de Maria Betania Ávila, do SOS Corpo, “quando aceitamos o argumento do ‘comportamento de risco’, esta-mos deslocando para o sujeito o déficit da ausência de políticas”. Para Maria José Lopes Souza, associada-educadora da Rede Mulher de Educação, que representou a entidade no evento, “diante de todas as exposições, é possível observar que a noção de trabalho em rede ainda está limitada ao protocolo institucional/multiprofissional, não avançando para uma ação interinstitucional”.



Cerimônia de premiação



Na noite de 3 de maio, integrantes da equipe da Rede Mulher de Educação e suas convidadas compartilharam a alegria de receber o Prêmio Bem Eficiente 2005, na Sala São Paulo, Estação Júlio Prestes. É o segundo ano que a RME é contemplada com o Prêmio, que é outorgado a 50 melhores entidades brasileiras, segundo 42 critérios de avaliação, pelos padrões internacionais, na área de beneficiência, entre os quais, capacidade técnica, de captação e gestão de recursos, de transparência, de visibilidade e impacto social. Foi um grande presente que a RME recebeu no ano em que completa 25 anos de existência, “apoiando mulheres e fortalecendo a cidadania”.



URBAL - Cidades Solidárias, Cidades para Conviver: cenários de construção coletiva entre mulheres e homens

Este foi o título geral do III Seminário Anual da Rede URBAL 12, realizado na cidade de Montevidéu, Uruguai, no período de 13 a 15 de abril, contando com a presença de aproximadamente 200 pessoas, representantes de variadas organizações européias e latino-americanas. Foi organizado por Barcelona, Montevidéu e pela Repem, que ofereceu assessoria técnica e política. A URBAL tem como objetivo compartilhar experiências e promover projetos comuns entre entidades locais dos países da União Européia e América Latina, visando propor novos modelos de cidade, através do desenvolvimento transversal de políticas de igualdade de oportunidades e da promoção da cidadania ativa das mulheres. Para cumprir esse objetivo, são desenvolvidas quatro áreas de trabalho: A democracia paritária na cidade; As mulheres no planejamento da cidade; A elaboração de um novo contrato social para a divisão de responsabilidades entre homens e mulheres na cidade; A formação das mulheres e a promoção da visão de gênero nos meios de comunicação.

Segundo Clair Ribeiro Ziebell, representante da Rede Mulher de Educação e representante institucional junto à Repem, "foi um período muito rico, pela diversidade de pessoas e experiências que circulam nesse espaço, especialmente na Red 12 Mulher-Cidade".

Os painéis versaram sobre mulheres migrantes e política local; programas educativos e de formação para integração das mulheres na cidade; compartilhamento do poder econômico e direitos ao trabalho por parte das mulheres; assim como os cenários de construção coletiva entre mulheres e homens, objetivando a construção de cidades baseadas na solidariedade e na convivência.

Na opinião de Clair, "foram relatos, socialização de pesquisas, de experiências em variados locais, de expectativas positivas, mas também de muita preocupação com



Clair Ribeiro Ziebell, educadora da Rede Mulher e representante institucional junto à Repem, participou ativamente das atividades do seminário realizado em Montevidéu, Uruguai.

os cenários políticos atuais, em geral sustentadores da política macro-econômica capitalista e globalizada. Não estamos sozinhas em nossos trabalhos, pois percebe-se que milhares de pessoas sonham e procuram realizar os sonhos de uma cidade solidária, facilitadora da convivência humana, independente de classe, gênero, raça ou etnia. É um outro mundo possível se fazendo em cada lugar, e de vez em quando temos uma 'amostra' dessa realidade. É um evento inserido nos múltiplos espaços construídos por pessoas de boa-vontade no mundo inteiro."

Inaugurado o Centro de Formação da Mulher Maria-Mariá

Localizado no Jardim Ângela, uma das áreas mais carentes da região Sul de São Paulo, o Centro Maria-Mariá de Formação e Requalificação da Mulher foi inaugurado no dia 30 de abril. Irá promover a formação de mulheres, especialmente sua requalificação profissional para o mercado de trabalho e para a geração de renda, como uma das formas de superação da violência contra a mulher. Trata-se de uma iniciativa das mulheres que integram o Fórum Permanente de Mulheres do Jardim Ângela e Jardim São Luiz. O projeto está ligado à entidade Sociedade Santos Mártires. Aproximadamente 100 pessoas estiveram presentes à inauguração, entre lideranças de entidades não-governamentais, governamentais e outras.

Serão oferecidos cursos sobre saúde, direitos, cidadania, gênero, além da formação de agentes comunitários e requalificação profissional em serviços domésticos, costura, bordado, artesanato, etc., sempre com a pers-

pectiva da cidadania transformadora.

O Centro fica localizado na Rua Luiz Baldinho, 13, Jardim Ângela, São Paulo/SP; fone: (11) 5833-6580; e-mail: centromariamaria@terra.com.br .



Maria José Lopes Souza, educadora da Rede Mulher de Educação compareceu à inauguração, para dar continuidade ao apoio às ações realizadas na periferia da Zona Sul de São Paulo.



Publicações

A ação das ONGs no Brasil

perguntas e respostas
(Abong)



A publicação, da Abong (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) foi elaborada por Alexandre Ciconello e Marcela Oliveira Scotti de Moraes (área jurídica).

Trata-se de um guia bastante prático, que propicia informações objetivas e claras a respeito dos seguintes tópicos: 1. ONGs: pluralidade e identidades (o que é uma ONG? Quantas existem? Há alguma diferença entre as siglas e expressões ONG, Instituto, Entidade Filantrópica, Oscip, OS, Entidade de Utilidade Pública? O que significa a expressão 'Terceiro Setor'?); 2. Campo político da Abong; 3. Sustentabilidade e autonomia; 4. Mecanismos institucionais de controle das ONGs; 5. Legislação atual e o Marco Legal que queremos.

Mais informações podem ser obtidas acessando o website www.abong.org.br, enviando e-mail para abong@uol.com.br ou pelo telefone (11) 3237-2122.

O negro e o socialismo

de Octavio Ianni, Benedita da Silva, Gevanilda Santos e Luiz Alberto Santos.



Desde nossa colonização até os dias atuais, a questão racial e a questão nacional têm relação direta com a discriminação - velada ou explícita - sofrida pelos negros em diversos âmbitos. Nas palavras de Octavio Ianni, trata-se de uma questão que "sempre foi, tem sido e continuará a ser um dilema fundamental da formação, conformação e transformação da sociedade brasileira". Neste volume da coleção Socialismo em Discussão é abordada a relação nem sempre tranqüila entre as esquerdas e a questão racial, e com isso afeta os partidos e o movimento negro. "Além de outros problemas muito importantes, relativos à contradição "trabalho e capital", às relações de gênero e ao contraponto sociedade e natureza, cabe reconhecer que as questões regional e racial são fundamentais", diz Ianni. O livro, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo, custa R\$12. Mais informações pelo telefone: (11) 5571-4299; website: www.efpa.com.br.

Racismo no Brasil

Percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI - de Gevanilda Santos e Maria Palmira da Silva (org)



O livro foi publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo, em co-edição com a fundação alemã Rosa Luxemburg Stiftung. Reúne vários artigos e diferentes leituras da pesquisa nacional "Discriminação e preconceito de cor no Brasil", realizada em parceria pelas duas fundações. A pesquisa teve como preocupação central investigar a percepção da desigualdade racial no país. Buscou mensurar não apenas expressões objetivas da discriminação racial, mas, a consciência das populações branca e não-branca (negra, indígena, oriental e miscigenada) sobre o preconceito de cor e sua experiência com práticas discriminatórias que têm se perpetuado como componentes estruturantes da desigualdade social no Brasil, constituindo fortes entraves para a conquista da cidadania plena por parte do conjunto da população.

O livro custa R\$25. O telefone e o website encontram-se ao lado.



Autora: Monica Pompeu Trindade*
Mestrado - 2000 - Sexologia
Universidade Gama Filho - Rio de Janeiro/RJ

Comportamento sexual das mulheres em relação ao HIV/AIDS

No início da década de 80, a ciência descobriu o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), causador da AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Duas décadas após ter sido identificado, o vírus da AIDS já matou aproximadamente 19 milhões de pessoas em todo o mundo. A epidemia de AIDS apresenta hoje, no Brasil, dentre as suas tendências predominantes, a feminização, que diz respeito à crescente participação das mulheres no total de casos registrados no país. A relação heterossexual é a forma de transmissão que mais tem contribuído para a feminização da epidemia.

Objetivou-se neste trabalho, investigar o nível de conhecimento das mulheres sobre HIV/AIDS, o impacto da adoção de comportamentos preventivos nas relações sexuais femininas e os tabus e preconceitos que possam estar impossibilitando a adoção de práticas sexuais protetoras. Pesquisamos também as percepções das mulheres sobre os riscos de serem infectadas pelo HIV, as mudanças trazidas pela ameaça da AIDS para o comportamento sexual feminino, além de dados sobre a negociação do condom masculino com os parceiros sexuais e a adesão ao uso do preservativo feminino como estratégia de prevenção pelas mulheres.

Foi realizada pesquisa quanti-qualitativa, tendo



como instrumentos a aplicação de 300 questionários auto-administrados em mulheres sexualmente ativas, que permitiu o levantamento de informações numéricas, que puderam ser analisadas através de um programa estatístico, e a realização de 6 grupos focais com 68 mulheres através dos quais foram levantadas informações complementares mais profundas.

Concluiu-se que a prática sexual protegida não acontece para 77% da amostra, principalmente as casadas e de parceria fixa, que acreditam, por tal fato, praticarem sexo seguro. Para 41% os riscos de infecção pelo HIV são pequenos, não produzindo nenhuma mudança em seu comportamento sexual. Apenas 0.6% da amostra já havia utilizado o preservativo feminino enquanto estratégia de prevenção.

Constatou-se que o uso da camisinha está atrelado ao tempo de relacionamento, ao envolvimento emocional e que a negociação do preservativo com os parceiros é uma situação ainda difícil para as mulheres, estando relacionada na maioria das vezes, à proteção contra a gravidez.

** Monica Pompeu Trindade é Psicóloga e mestre em Sexologia. Atua, desde 1982, em escolas, ONGs e empresas, desenvolvendo atividades relacionadas à área de educação, ensino e pesquisa.
e-mail: monica.trindade@globo.com*